



**TRIBUNAL DE CONTAS DO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: 77D2C-F49F7-A9491



## **Decisão Monocrática 00853/2025-1**

Produzido em fase anterior ao julgamento

**Processo:** 07015/2025-1

**Classificação:** Embargos de Declaração

**UG:** PMG - Prefeitura Municipal de Guarapari

**Relator:** Davi Diniz de Carvalho

**Interessado:** MAGNAGO EVENTOS E LOCACOES LTDA, PETERSON DE CASTRO  
CARDOSO

**Recorrente:** RODRIGO LEMOS BORGES



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*Gabinete do Conselheiro Davi Diniz de Carvalho*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ADMISSIBILIDADE –  
POSSÍVEL EFEITO MODIFICATIVO – ABERTURA DA  
INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

**I RELATÓRIO**

Trata-se de **Embargos de Declaração** opostos pelo **Município de Guarapari**, com fundamento no art. 167 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, em face da **Decisão Monocrática nº 00801/2025-3**, proferida nos autos do Processo nº 05820/2025-1. O decisório embargado acolheu parcialmente a manifestação técnica cautelar, reconhecendo a presença de *fumus boni iuris* diante da insuficiência da pesquisa de preços, possível superestimação de quantitativos e suposta incompatibilidade orçamentária na adesão à Ata de Registro de Preços nº 009/2024, que resultou no Contrato nº 25/2025 firmado com a empresa **Lok Pirâmide Ltda EPP**.

Em síntese, sustenta o embargante a ocorrência de **omissões e contradições** na decisão recorrida, notadamente pela ausência de análise dos vícios de legalidade que maculam os contratos anteriores firmados com a empresa **Magnago Eventos e Locações Ltda**, utilizados como parâmetro de comparação. Alega que três desses contratos tiveram aditivos superiores ao limite legal de 25% previsto no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993, além de prorrogações fundamentadas em atas de registro de preços já expiradas, o que, segundo afirma, justificaria a adoção de nova contratação.

Argumenta, ainda, que a decisão embargada não considerou a **vantajosidade técnica e econômica** do novo ajuste, celebrada no contexto da criação da Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT) em janeiro de 2025, que ampliou significativamente o calendário de eventos e passou a demandar estrutura logística mais abrangente. Aduz que a vantajosidade decorre não apenas dos preços unitários, mas da economia de escala, eficiência administrativa e racionalização de despesas operacionais, em conformidade com os arts. 82 e 116 da Lei nº 14.133/2021.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*Gabinete do Conselheiro Davi Diniz de Carvalho*

Por fim, aponta **omissão quanto ao regime orçamentário e ao periculum in mora reverso**, esclarecendo que o valor global da ata representa mero teto contratual, com execução escalonada por ordens de serviço limitadas à disponibilidade financeira, não configurando violação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Acrescenta que a suspensão do contrato acarreta prejuízo à política pública de fomento cultural e turístico, a qual já teria gerado incremento superior a R\$ 30 milhões na arrecadação municipal no primeiro semestre de 2025, razão pela qual requer a reconsideração do decisório e o recebimento dos embargos com efeito suspensivo.

Na sequência a Secretaria-Geral das Sessões, por meio do Despacho nº 28661/2025-6 (evento 3), certificou a tempestividade dos presentes embargos de declaração com pedido de efeitos modificativos, atestando que foram interpostos dentro do prazo legal previsto no art. 411, §2º, do Regimento Interno.

É o relatório.

## **II FUNDAMENTOS**

### **II.1 ADMISSIBILIDADE**

Previamente, é necessário avaliar o atendimento aos requisitos de admissibilidade, tanto os genéricos quanto os específicos, constantes, respectivamente, dos arts. 153, 154 e 162 e dos arts. 167 e 168, da Lei Complementar Estadual (LC) 621, de 8 de março de 2012, a saber:

Art. 153. Não cabe recurso da decisão que:

I - converter processo em tomada de contas especial ou determinar a sua instauração;

II - determinar a realização de citação, diligência, inspeção ou auditoria.

Parágrafo único. Também não cabe recurso dos despachos de mero expediente.

Art. 154. O Recurso não será distribuído ao Relator, nem àquele que tenha proferido voto vencedor na decisão recorrida, salvo nas hipóteses de embargos de declaração e agravo.

[...]

Art. 162. O recurso, preliminarmente, não será conhecido pelo Relator, ad referendum da Câmara ou do Plenário, conforme a competência, quando a petição:

I - não contiver os fundamentos de fato e de direito;

II - encontrar-se insuficientemente instruída ou manifestamente inepta.

§ 1º Considerar-se-á inepta a petição quando:

I - faltar-lhe pedido ou contiver pedidos incompatíveis entre si;

II - o pedido for juridicamente impossível;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*Gabinete do Conselheiro Davi Diniz de Carvalho*

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

§ 2º Não será conhecido o recurso quando ausentes os pressupostos de legitimidade e tempestividade.

[...]

Art. 167. Cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão ou parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

§ 1º Os embargos de declaração serão opostos por escrito pela parte, pelo interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em petição dirigida ao Relator com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissivo, dentro do prazo improrrogável de cinco dias, vedada a juntada de qualquer documento.

§ 2º Os embargos de declaração interrompem os prazos para cumprimento do acórdão e parecer prévio embargados e para interposição dos demais recursos previstos nesta Lei Complementar.

Art. 168. Quando os embargos forem considerados manifestamente protelatórios e o Plenário ou a Câmara assim os tiver declarado, será aplicada multa ao embargante, nos termos do artigo 135, inciso XIII, desta Lei Complementar.

Da mesma forma, o Regimento Interno do Tribunal (RITCEES), aprovado pela Resolução TC 261, de 4 de junho de 2013, também cuida dos pressupostos recursais genéricos – arts. 395 a 398 – e específicos – arts. 411 a 414 –, nos seguintes termos:

Art. 395. O recurso deverá revestir-se das seguintes formalidades:

I - ser interposto por escrito;

II - ser apresentado dentro do respectivo prazo;

III - conter a qualificação indispensável à identificação do recorrente;

IV - ser firmado por quem tenha legitimidade e seja parte interessada;

V - conter o pedido, a causa de pedir e fundamento jurídico;

VI - conter os documentos que o instruirão, quando for o caso.

Parágrafo único. Os recursos serão encaminhados à Presidência do Tribunal, que realizará sua autuação e distribuição ao Relator para manifestação quanto ao seu conhecimento.

Art. 396. Poderão interpor recurso:

I - os responsáveis pelos atos impugnados;

II - os interessados, desde que alcançados pela decisão ou que demonstrem razão legítima para intervir no processo, observado o disposto no art. 159 da Lei Orgânica do Tribunal.

III - o Ministério Público junto ao Tribunal.

Art. 397. O recurso, liminarmente, não será conhecido pelo Relator, ad referendum da Câmara ou do Plenário, conforme a competência, quando:

I - não se achar devidamente formalizado;

II - for manifestamente impróprio ou inepto;

III - for interposto ou assinado por parte ilegítima;

IV - for intempestivo;

V - não contiver os fundamentos de fato e de direito.

Parágrafo único. Considera-se inepto o recurso quando:

I - faltar-lhe pedido ou contiver pedidos incompatíveis entre si;

II - o pedido for juridicamente impossível;

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

Art. 398. Não cabe recurso da decisão preliminar que:

I - converter processo em tomada de contas especial ou determinar a sua instauração;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*Gabinete do Conselheiro Davi Diniz de Carvalho*

II - determinar a realização de citação, notificação, diligência, inspeção ou auditoria;

III - rejeitar as alegações de defesa na fase prévia.

Parágrafo único. Também não cabe recurso dos despachos de mero expediente.

[...]

Art. 411. Caberão embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão ou parecer prévio emitido pelo Tribunal.

§ 1º Os embargos de declaração serão opostos por escrito pelo responsável, pelo interessado, pelo sucessor ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, em petição dirigida ao Relator.

§ 2º Os embargos de declaração serão interpostos dentro do prazo improrrogável de cinco dias, contados na forma da Lei Orgânica do Tribunal.

§ 3º Os embargos de declaração interrompem os prazos para cumprimento do acórdão e parecer prévio embargados, bem como para interposição dos demais recursos previstos na Lei Orgânica do Tribunal.

§ 4º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, os prazos recomeçam a contagem a partir da publicação do acórdão que julgou os embargos.

§ 5º Identificado e apontado pelo Conselheiro Relator argumento que possa resultar em efeito modificativo da decisão impugnada, os embargos de declaração serão remetidos à Secretaria de Controle Externo de Recursos para elaboração de instrução técnica.

Art. 412. Quando os embargos forem considerados manifestamente protelatórios e o Plenário ou a Câmara assim os tiver declarado, será aplicada multa ao embargante, nos termos do art. 135, inciso XIII, da Lei Orgânica do Tribunal.

Art. 413. Providos os embargos de declaração, a decisão se limitará a corrigir obscuridade, omissão ou contradição apontada pelo recorrente.

Art. 414. É vedada a juntada de documentos nos embargos de declaração.

Dessa forma, a legislação impõe um rol de exigências para o processamento de **embargos de declaração** no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. No caso dos autos, em síntese, além do cabimento e da tempestividade recursal, o embargante sustenta a existência de **omissões relevantes** na Decisão Monocrática nº 00801/2025-3, consubstanciadas na ausência de apreciação de elementos constantes da manifestação técnica da Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT). Argumenta que a decisão deixou de considerar fatos e fundamentos jurídicos essenciais, como os vícios de legalidade que maculam contratos anteriores e a vantajosidade comprovada da nova contratação decorrente da adesão à Ata de Registro de Preços nº 009/2024.

Considerados os argumentos apresentados, constata-se que: o pleito atende às hipóteses de cabimento, uma vez que interposto em face de decisão; é tempestivo, já que observado o prazo de cinco dias; e oposto por parte legítima, o próprio ente municipal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*Gabinete do Conselheiro Davi Diniz de Carvalho*

Além disso, conforme dispõe o art. 167, §1º, da LC nº 621/2012, os embargos de declaração são **recursos de fundamentação vinculada**, admitidos apenas quando a decisão embargada contiver obscuridade, omissão ou contradição. No caso concreto, o embargante alega a existência de **omissão**, materializada na ausência de exame dos elementos técnicos e jurídicos apresentados pela SEMCULT, notadamente quanto (i) à irregularidade dos contratos anteriores firmados com a empresa Magnago Eventos e Locações Ltda.; (ii) à vantajosidade da nova contratação por adesão; e (iii) ao regime orçamentário escalonado, que afastaria a alegada incompatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, no exercício da competência monocrática que me é conferida pelos arts. 161 da LC nº 621/2012 e 395, parágrafo único, do Regimento Interno, **conheço dos presentes embargos de declaração** para análise de seu mérito.

Tendo em conta que os argumentos apresentados pelo embargante podem resultar em efeito modificativo da decisão impugnada, **determino a instrução processual quanto ao mérito do recurso**, nos moldes delineados no art. 411, § 5º, do RITCEES.

### **III DECISÃO**

Ante o exposto, em juízo monocrático de admissibilidade, **DECIDO**:

III.1. **CONHECER** dos presentes embargos de declaração;

III.2. Determinar a **INSTRUÇÃO PROCESSUAL**, com fundamento no art. 411, § 5º, do Regimento Interno do Tribunal.

Vitória, 08 de outubro de 2025.

**DAVI DINIZ DE CARVALHO**

Conselheiro Relator